

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PRIMEIRO
CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL: IMPLICAÇÕES
TEÓRICAS E PRÁTICAS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Caroline Duarte

**Santa Maria, RS, Brasil.
2013**

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PRIMEIRO CICLO DO
ENSINO FUNDAMENTAL: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E
PRÁTICAS**

Por

Caroline Duarte

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Ambiental**

Orientador: Prof. Luiz Ernani Bonesso de Araujo

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Educação Ambiental**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a monografia de especialização

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO
FUNDAMENTAL: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS**

Elaborada por
Caroline Duarte

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Educação Ambiental

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Luiz Ernani Bonesso de Araújo, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Mario Luiz Trevisan, Dr. (UFSM)

Paulo Edelvar Corrêa Peres, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 14 de dezembro de 2013.

Dedico este trabalho as crianças, em especial
a minha filha Alice D. Machado, por acreditar
em seus potenciais para a transformação das
relações sociais e ambientais.

"Ser criança é acreditar que tudo é possível.
É ser inesquecivelmente feliz com muito pouco
Ser criança é ter o dia mais feliz da vida, todos os dias
Ser criança é o que a gente nunca deveria deixar de ser. "
(autor desconhecido)

Agradecimentos

À UFSM, pela oportunidade proporcionada.

Aos professores, que durante o curso trouxeram conhecimentos significantes para minha formação.

Às colegas professoras, por contribuírem com suas experiências profissionais para a realização deste trabalho.

Muito Obrigada!

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

AUTORA: Caroline Duarte

ORIENTADOR: Prof. Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araújo

LOCAL E DATA DA DEFESA: SANTA MARIA, 14 DE DEZEMBRO DE 2013.

Este trabalho visa investigar a aplicabilidade das leis e orientações sobre a educação ambiental no primeiro ciclo do ensino fundamental. Para isto os objetivos traçados foram um estudo sobre a legislação vigente e os documentos orientadores do trabalho com a educação ambiental no âmbito do ensino formal de educação, conhecer por meio da aplicação de um questionário como estas orientações estão ocorrendo na prática e compreender relacionando as orientações contidas nos documentos com a análise das respostas do questionário a sua aplicabilidade nas práticas escolares. Esta pesquisa possui caráter qualitativo e para coleta de dados foi realizada primeiramente uma pesquisa bibliográfica dos documentos oficiais e em seguida foi desenvolvido e aplicado em questionário com quatorze professoras da rede estadual de ensino da cidade de Santa Maria. Através da técnica de análise do conteúdo foi possível constatar nas respostas das professoras participantes que nem todas possuem conhecimento de tais orientações legais, no entanto todas afirmam trabalhar com a temática em suas turmas de atuação. O tema transversal e os projetos são os modos de trabalho mais adotados por elas para trabalhar com a temática, no entanto o trabalho baseado apenas em datas comemorativas também se fez presente entre as respostas. As dificuldades que as professoras enfrentam ao trabalhar com a educação ambiental foram bastante variadas, no entanto boa parte destas dificuldades poderia ser sanada com formação continuada, reformulação dos projetos pedagógicos escolares e um maior envolvimento da comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Ensino Fundamental. Legislação. Aplicabilidade.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Ambiental
Universidade Federal de Santa Maria

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE FIRST CYCLE OF BASIC EDUCATION: THEORY AND PRACTICE IMPLICATIONS

AUTHOR: Caroline Duarte

ADVISOR: Prof. Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araujo

PLACE AND DATE OF DEFENSE: SANTA MARIA, 14 december, 2013.

This work to investigate the applicability of laws and guidelines on environmental education in the first cycle of primary education. For this the objectives were a study on legislation and guidance documents work with environmental education in the school education meet through a questionnaire as these guidelines are occurring in practice and understand the guidelines relating contained in the documents with the analysis of the questionnaire responses to their applicability in school practices. This research has qualitative and data collection was first performed a literature search of official documents and then was developed and implemented in a questionnaire with fourteen teachers from state schools of the city of Santa Maria . Through the technique of content analysis, we determined the responses of the participating teachers who have no knowledge of such legal guidelines; however all claim to work with the subject in their courses of action. The theme and projects are the working modes adopted by them more to work with themes however the work based only on holidays has also occurred between the responses. The difficulties that teachers face when working with environmental education were quite varied, however much of these difficulties could be remedied with continued training, redesign of educational projects and greater involvement of the school community.

Key words: Environmental Education. Primary Education. Legislation. Applicability.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Sistematização das respostas das professoras participantes.....25

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE TABELAS	8
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Problema:	11
1.2 Justificativa:	11
1.3 Objetivos:.....	12
1.3.1 Objetivo Geral	12
1.3.2 Objetivos Específicos	122
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 Evolução da sociedade e os desequilíbrios ambientais.....	14
2.2 Educação Ambiental	15
2.3 Implicações legais referentes à educação ambiental no âmbito escolar.	17
3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	23
3.1 O contexto e os sujeitos da pesquisa de campo	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	32
7 APÊNDICE	33

INTRODUÇÃO

A abordagem de assuntos referentes ao meio ambiente e à natureza não são novidades nos currículos escolares. No entanto na maioria das vezes ficam restritos ao segundo e terceiro ciclo do Ensino Fundamental, dentro dos conteúdos das aulas de ciências ou biologia, por serem considerados complexos devido ao cunho científico dos conhecimentos que aborda.

No entanto, sabe-se pelas atuais teorias referentes à construção do conhecimento, como por exemplo, a do sóciointeracionismo desenvolvida por Vygotsky (1979 apud LA ROSA; SANTOS 2003, p.145), que estes processos ocorrem por meio da interação do indivíduo com o meio e com a sociedade. Partindo desta premissa fica claro que a criança ao ingressar no ambiente escolar não chega como uma “tabula rasa” para ser preenchida, mas sim levando consigo uma teia de conhecimentos prévios acerca de diversos assuntos.

As questões ambientais tão discutidas atualmente estão em todos os meios de comunicação, e as crianças desde a mais tenra idade convivem com símbolos e lixeiras de reciclagem, ouvem falar em poluição, aquecimento global, ou seja, estão construindo seus conhecimentos prévios acerca do assunto. Assim não podemos negar a essas crianças o acesso a conhecimentos tão ricos e valiosos para a suas vidas.

A Educação Ambiental na modalidade formal de ensino vem contribuir para que a escola cumpra também os valores sociais atribuídos a ela, ampliando e transformando os conhecimentos prévios das crianças e contextualizando-os com suas vivências, devendo fazer parte do currículo desde o primeiro ciclo do ensino fundamental, sendo trabalhada de maneira integrada ao processo de alfabetização dos alunos.

O Ensino Fundamental de Nove Anos tem entre os seus objetivos, formar alunos capazes de perceberem-se parte e agentes transformadores do ambiente, de modo a poder contribuir para sua preservação e melhoria. Para que estas mudanças se efetivem no cotidiano escolar, é necessário que os profissionais estejam preparados para tal, estando a par das leis e orientações atuais que regem a educação do nosso país.

Com a realização desta pesquisa ficou visível que nem todos os professores em exercício da profissão possuem o conhecimento das leis e orientações que regem o trabalho com a educação ambiental. No entanto esta se faz presente nas rotinas escolares de todas as professoras participantes o que indica uma aceitação e uma conscientização a respeito da importância do trabalho com a educação ambiental.

1.1 Problema:

Devido ao período de crise ambiental que vive-se no mundo hoje diversas tentativas de conscientização e mudanças de atitudes da sociedade vem sendo feitas.

Acreditando no potencial formador que o ambiente escolar apresenta, o desenvolvimento de trabalhos com a educação ambiental neste local passou a ser o foco das grandes Conferências Mundiais sobre meio ambiente. Para amparar e orientar a prática com este trabalho nas escolas leis e documentos foram criados no Brasil.

A este respeito, como profissional da área da educação, surge a necessidade de compreender qual a aplicabilidade das orientações contidas na legislação a respeito da Educação Ambiental no primeiro ciclo do Ensino Fundamental?

1.2 Justificativa:

Devido à crise ambiental, vive-se um momento em que mudanças de concepções e atitudes são a garantia da qualidade de vida futura, desta forma faz-se necessário que estas transformações também ocorram no ambiente escolar de modo a garantir a formação do cidadão consciente de amanhã.

As crianças ao ingressarem no ambiente escolar levam consigo uma teia de conhecimentos prévios sobre diversos assuntos, inclusive os referentes a questões ambientais. Ao se trabalhar partindo destas concepções que foram adquiridas tanto pela interação social e com o ambiente em que vivem quanto pela mídia, o professor pode amplia-las, corrigi-las ou adequá-las a realidade da comunidade a qual pertencem. Esta criança além de tornar-se consciente desde cedo com relação à repercussão de suas atitudes na natureza também irá disseminá-la em seu ambiente familiar informando e incentivando aos demais familiares a adotarem práticas mais sustentáveis e ecologicamente corretas em seu dia a dia.

O Ensino Fundamental no Brasil é a primeira etapa obrigatória da educação, fazendo com que o primeiro ano do primeiro ciclo seja para muitas crianças o primeiro contato com o ambiente escolar. Neste primeiro ciclo, o principal objetivo é a alfabetização destas crianças e por isso os conhecimentos linguísticos e lógico-matemáticos são bastante priorizados nesta etapa escolar.

No entanto as principais teorias educacionais e documentos legais orientam que não seja negado à criança o seu direito à educação integral, que a prepare para compreender e interagir com o mundo de forma consciente e responsável e para isso necessita ter acesso às demais áreas do conhecimento de forma integrada durante seu processo de alfabetização. É o que confirma Leal, Lima e Teles (PNAIC, 2013, p.08):

Além de garantir as relações entre os componentes curriculares, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental também é necessário articular o processo de apropriação do sistema de escrita Alfabética ao trabalho com as temáticas diversas pertinentes às produções do conhecimento nas diferentes áreas de conhecimento (LEAL; LIMA; TELES, 2013, p.08).

A educação ambiental é uma dessas diferentes áreas do conhecimento, e o trabalho com a temática é sugerido como tema transversal pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Assim, para que isto ocorra os profissionais da educação devem estar à par e preparados para suprir mais esta demanda, trabalhando de maneira transdisciplinar com a temática ambiental desde o início da vida escolar das crianças.

1.3 Objetivos:

1.3.1 Objetivo Geral

Conhecer por meio de pesquisa na legislação vigente as orientações contidas sobre a Educação Ambiental no primeiro ciclo do ensino fundamental e identificar a sua aplicabilidade no ambiente escolar por meio de entrevista sobre as concepções e práticas de professoras da rede estadual de ensino na cidade de Santa Maria/RS.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Pesquisar as leis referentes à Educação Ambiental no primeiro ciclo do Ensino Fundamental;

- Conhecer, por meio de aplicação de um questionário às professoras do primeiro ciclo do Ensino Fundamental de escolas da rede estadual da cidade de Santa Maria/RS, como as orientações trazidas por estas leis são entendidas e colocadas em prática em sala de aula;

- Relacionar as falas das professoras entrevistadas com as orientações legais, a fim de verificar a sua efetiva aplicabilidade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Evolução da sociedade e os desequilíbrios ambientais

A evolução da sociedade em que vivemos trouxe muitas transformações para o estilo de vida das pessoas e em consequência para o meio em que estão inseridas. Mas sabemos que nem todas estas transformações tiveram um aspecto positivo para o meio ambiente; e acabaram gerando uma série de desequilíbrios que nem mesmo o processo natural de reciclagem do ecossistema, a homeostase (NISHIJIMA, 2012, p.14), foi capaz de revertê-los.

A estes desequilíbrios causados pelo homem nas características físicas, químicas ou biológicas da atmosfera, litosfera ou hidrosfera e que por consequência vem causando prejuízo à saúde, à sobrevivência ou às atividades dos seres humanos e outras espécies (NISHIJIMA, 2012, p.13) é que chamamos de poluição.

Mas todas estas mudanças não ocorreram do dia para a noite, como já foi dito anteriormente, elas vem acompanhando as transformações da sociedade desde o período da domesticação dos animais e da descoberta da agricultura. Estas descobertas possibilitaram ao homem mudar o seu estilo de vida nômade e passar a ter uma vida sedentária.

No entanto não demorou muito para que a produção agrícola e a criação de gado deixassem de ser para subsistência e passassem a ser comercializadas, visando gerar lucros. Para este fim passou-se a desmatar, fazer queimadas, explorar em demasiado os recursos naturais julgando-os inacabáveis.

Estes recursos naturais, ou seja, “os insumos de que os organismos, as populações e os ecossistemas necessitam para sua manutenção” (NISHIJIMA, 2012, p.12) por muito tempo foram considerados equivocadamente como infindáveis pelo homem que os explorou sem preocupação com o desequilíbrio que estava causando.

Outro marco do avanço de nossa sociedade foi a Revolução Industrial começando com a máquina a vapor e chegando aos dias atuais com essa diversidade tecnológica renovada anualmente. Mas para o funcionamento das fábricas e para a fabricação dos aparelhos tecnológicos são necessários os recursos naturais que como agora sabemos são esgotáveis.

Todo este avanço, esta evolução também contribuiu para o aumento do tempo de vida do homem, e em consequência aumento da população, aumentando o tempo de consumo e aumentando a produção de lixo.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, Norma 10004, item 03) define lixo como sendo “Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição.” Este resíduo quando não dispersado de maneira inadequada, vai para aterros sanitários, que na maioria das vezes trabalham acima de sua capacidade, poluindo o solo e muitas vezes as água.

Desta forma não há como negar que as atividades humanas são consideradas agente ativo de transformação das paisagens naturais. Da mesma forma que qualquer alteração no ambiente em que se vive também influencia diretamente na vida das pessoas. Um exemplo disso são as enchentes devido ao assoreamento dos rios, os alagamentos nas cidades devido ao capeamento do solo e descarte indevido de lixo.

Em virtude dos fatos mencionados torna-se imprescindível repensar e modificar certas atitudes e comportamentos de nossa sociedade em nome da sobrevivência futura. Certas concepções precisam evoluir e serem deixadas de lado. Homem e natureza precisam conviver em equilíbrio para que ambos possam desenvolver-se com plenitude e harmonia.

A educação ambiental surge como alternativa para a reeducação da sociedade, objetivando que se deixem de lado certas práticas e se passe a agir de maneira mais consciente em nossas atividades cotidianas.

2.2 Educação Ambiental

O fato de estarmos vivendo um momento de crise ambiental já é unanimidade entre as pessoas. No entanto o que deve ser feito para revertê-la ou ao menos diminuir o seu ritmo é que ainda diverge parte da população.

Muitos ainda esperam que as soluções venham da comunidade científica e que resolvam os problemas ambientais como em um passe de mágica. Alheios à realidade, pois ainda não se perceberam parte integrante do meio ambiente, nem parte responsável pelos problemas ambientais, alegam que, quem polui são as grandes indústrias e que estas é que devem preocupar-se em reverter a situação.

Sabemos que a situação não é bem assim, poucas são as nossas atividades que não geram algum tipo de poluição, e muito temos a fazer apenas adotando algumas mudanças de atitudes em nosso dia a dia.

Objetivando a mudança de concepção dos cidadãos é que grandes reuniões mundiais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) recomendam o investimento em educação para a mudança de mentalidade dos grupos humanos (PCN, 1997, vol. 09, p.24):

Todas as recomendações, decisões e tratados internacionais sobre o tema evidenciam a importância atribuída por lideranças de todo o mundo para a Educação Ambiental como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais (PCN, 1997, vol. 09, p.24).

A educação ambiental é definida no Brasil pelo artigo primeiro da Lei 9.795 do ano de 1999 como sendo:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Lei 9795, 1999, art.1).

Assim fica evidente a necessidade urgente de uma transformação na forma de interação do homem com o meio ambiente ao definir que este é um bem, mas não um bem individual como era entendido. O meio ambiente é um bem de uso coletivo, ou seja, tanto nós como as gerações futuras têm direito de usufruí-lo.

O artigo define também o meio ambiente como sendo essencial à sadia qualidade de vida, indo ao encontro do que Gadotti (apud Araujo, 2013, p. 3) afirma quando diz que a educação ambiental vai além do conservacionismo, tratando-se de uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida. É o que Gadotti considera como uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada com o contexto, com os outros e com aquele ambiente mais próximo a nós como, por exemplo, o ambiente de trabalho e doméstico (apud ARAÚJO, 2013, p. 3).

A afirmação do autor nos põe a frente de dois paradigmas, o primeiro com relação ao que se entende por ter qualidade de vida. Para muitos, isso ainda implica o poder de consumo, por esta razão é que Gadotti considera necessária esta mudança radical de mentalidade.

O segundo paradigma diz respeito ao ambiente doméstico e de trabalho como parte integrante de um meio que precisa ser preservado e que nossas atitudes precisam ser equilibradas.

Desta forma a educação ambiental torna-se mais próxima à realidade de todos nós. A concepção de preservação ambiental não fica mais restrita apenas às queimadas, derramamento de óleo nos oceanos e desmatamentos, atitudes por vezes fora da nossa realidade. Preservar o meio ambiente é também levar uma sacola retornável ao mercado, usar fontes de energia renováveis e diminuir o consumismo desnecessário.

O Brasil é considerado um dos países que possui maior variedade de experiências em Educação Ambiental e não poderia ser diferente, pois sendo detentor de uma das maiores biodiversidades do mundo, é essencial que haja essa preocupação em educar os seus cidadãos para agir de modo empreendedor, responsável e sensível sobre os recursos aqui existentes.

Por isto esta preocupação em relacionar a educação com o contexto e as vivências dos alunos iniciou-se ainda na década de 60, mas apenas na década de 70 é que o termo educação ambiental foi adotado (PCN, 1997, vol.09 p.26). No ano de 1988 a educação ambiental no Brasil foi assumida como uma obrigação nacional pela Constituição Federal.

Com a lei 9795 a educação ambiental hoje é componente essencial em todos os níveis e modalidades de ensino formal e não formal.

Muitas leis e documentos foram organizados para garantir a implantação da educação ambiental nos currículos escolares e para orientar a prática docente. As orientações recomendam o trabalho com esta temática desde o início da vida escolar das crianças, ainda na educação infantil.

No entanto para a realização deste trabalho levou-se em conta apenas a educação ambiental no âmbito do primeiro ciclo do ensino fundamental. Nesta etapa as crianças além de terem uma curiosidade e uma boa receptividade a novos comportamentos, são potencialmente capazes de agirem como multiplicadoras do saber, disseminando os conhecimentos assimilados na escola também em suas casas, entre amigos e familiares.

2.3 Implicações legais referentes à educação ambiental no âmbito escolar.

O presente capítulo tem por objetivo mostrar por meio das leis e dos documentos oficiais existentes hoje, a caminhada da Educação Ambiental no âmbito do ensino formal. A educação formal, caracterizada como sendo aquela que ocorre em instituições próprias de ensino, é dividida em níveis e etapas no nosso país. Como pertencente ao nível da educação básica, temos a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

O tema educação ambiental parece algo novo em nossa sociedade principalmente dentro do ambiente escolar. No entanto vem sendo usado desde a década de 70 por universidades e escolas que buscavam conscientizar sobre os problemas ambientais que já vinham sendo alertados naquela época.

A Constituição Federal de 1988 ao elencar os direitos civis, políticos e sociais do cidadão brasileiro incluiu pela primeira vez a Educação Ambiental como temática no ambiente de educação formal. Em seu Art. 225, §1º - IV fala em promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino de modo a conscientizar sobre a necessidade de se preservar o meio ambiente para as futuras gerações.

No ano de 1996 foi promulgada a legislação que regulamenta o sistema educacional público e privado de nosso país. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/1996) apesar de não usar o termo Educação Ambiental, ao mencionar a forma de organização curricular que deve ser desenvolvido nas instituições educacionais, esclarece que estes devem abranger obrigatoriamente, além da língua portuguesa e do conhecimento matemático, o conhecimento de mundo físico e natural (Art. 26, § 1º).

Como complemento, na seção referente ao objetivo do Ensino Fundamental, acrescenta a formação básica do cidadão mediante a compreensão do ambiente natural e social, assim como a formação de valores e atitudes.

Desta forma os artigos da LDB complementam o da Constituição 1988 ao explicar um pouco mais sobre a sua aplicabilidade. Incluindo as questões ambientais nos objetivos a serem desenvolvidos no Ensino Fundamental, esclarece que a função da escola não se restringe ao ensino das letras e dos números, mas também ao ensino para vida, para a formação de cidadãos conscientes de suas atitudes.

Com a parte legal definida, passa-se a pensar na prática das mesmas no cotidiano e nas rotinas escolares. Assim o Ministério da Educação organizou os Parâmetros Curriculares Nacionais, com o objetivo de servirem como instrumento orientador nas discussões sobre concepções e práticas pedagógicas, na elaboração dos Projetos Pedagógicos, assim como nos planejamentos da prática docente.

Vale ressaltar que este material não foi organizado somente em função da Educação Ambiental, mas sim para dar conta da demanda de transformações pelo qual a educação vinha passando, devido à necessidade de mudanças efetivas no comportamento do cidadão brasileiro.

Este material foi organizado da seguinte forma:

- um documento, denominado Introdução cujo conteúdo tem por objetivo justificar e fundamentar as escolhas acerca dos conteúdos e temas transversais orientados para a prática pedagógica.

- seis documentos orientadores por área de ensino (português, matemática, geografia, história, educação física, ciências naturais e arte).

- três volumes com seis documentos referentes aos Temas Transversais: o primeiro volume traz o documento sobre Temas Transversais e o documento Ética; no segundo, os documentos de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, e no terceiro, os de Meio Ambiente e Saúde.

Um dos temas transversais sugeridos é a Educação Ambiental, assim, um documento inteiro é destinado a orientar a integração desta temática nos currículos escolares e na prática docente.

Ao tratar a educação ambiental como tema transversal o documento já exclui a possibilidade desta tornar-se mais uma área dentro do currículo escolar. Os temas da educação ambiental serão tratados nas diversas áreas do conhecimento de modo a impregnar toda prática, pois “A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas no tema.” (PCN, 1997, vol.01, p.42).

Ao centrar o ensino da educação ambiental principalmente no desenvolvimento de valores, atitudes e posturas éticas, e no domínio de procedimentos, mais do que na aprendizagem de conceitos, torna ainda mais viável o trabalho com a temática no primeiro ciclo do ensino fundamental. Para tal os conteúdos referentes a esta etapa foram reunidos em três blocos: Os Ciclos da Natureza, Sociedade e Meio Ambiente, e Manejo e Conservação Ambiental.

Para a escolha destes blocos alguns critérios foram seguidos para que o trabalho seja significativo para a faixa etária:

- importância dos conteúdos para uma visão integrada da realidade, especialmente sob o ponto de vista socioambiental;
- capacidade de apreensão e necessidade de hábitos e atitudes já no estágio de desenvolvimento em que se encontram;
- possibilidade de desenvolvimento de procedimentos e valores básicos para o exercício pleno da cidadania.

Com estas considerações nota-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais levaram em conta o nível do desenvolvimento em que estas crianças se encontram na escolha dos conteúdos, além de considerarem que o trabalho com educação ambiental deve ajudar os alunos a construir uma consciência global das questões relativas ao meio ambiente. Para que isso ocorra considera de suma importância que os alunos consigam atribuir significado aquilo que aprendem.

Esse significado ao qual se refere, é construído pela criança quando esta consegue estabelecer uma ligação entre o que esta aprendendo e o que vivencia em seu dia a dia. Ou seja, “as situações de ensino devem ser organizadas de forma a proporcionar oportunidades para que o aluno possa utilizar o conhecimento sobre Meio Ambiente para compreender sua própria realidade e atuar sobre ela.” (PCN, 1997, vol. 09, p. 48)

Santos (2003, p.145), ao discorrer sobre a aplicação da teoria histórico cultural de Vygotsky na escola, afirma que se o ambiente não desafiar e estimular o sujeito o processo de aprendizagem poderá não se completar. Por isso é de suma importância para a formação de conceitos científicos que os conhecimentos que a crianças já possui sejam considerados.

Ao encontro destas leis, e como peça chave para esclarecer o que ainda deixava dúvidas, vem no ano de 1999 a Lei 9795 que dispõe sobre a Política Nacional da Educação Ambiental. Assegurando de uma vez por todas, em seu Art. 2º o direito da criança e do adolescente aos conhecimentos sobre as questões ambientais ao promulgar que:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (Lei 9795/1999, Art. 2º)

E completa no Art.10 que a Educação Ambiental não deve ser trabalhada como disciplina, mas sim de maneira integrada, contínua e permanente em todos os níveis de ensino.

Esta complementação deixa claro que estes conhecimentos não devem ficar reservados a disciplinas do segundo e terceiro ciclo como era de costume, mas devem ser trazidos já nos anos do primeiro ciclo de maneira integrada aos conteúdos próprios destes primeiros anos.

Outro ponto muito importante abordado na legislação da Educação Ambiental diz respeito a quem são os profissionais e qual a formação necessária para o trabalho com esta temática em sala de aula. Ficando estabelecido em seu Art. 11 que:

A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental. (Lei 9795/1999, Art. 11º)

Após uma década da promulgação da lei de Diretrizes e Bases, uma pesquisa foi elaborada após dados do censo escolar, terem chamado a atenção para as questões referentes a educação ambiental.

No censo dos anos de 2001 e 2003 foi introduzida uma questão referente ao modo como a educação ambiental estava sendo inserida nas escolas e apenas 61% das escolas estava trabalhando com a temática. No ano de 2004 a pergunta foi reformulada e 94% das escolas afirmavam estarem trabalhando com a educação ambiental.

Entretanto havia uma contradição entre o que se trabalhava e o que se praticava, pois 41% das escolas afirmou que realizava a queima do lixo. Esta dicotomia entre teoria e prática é totalmente inadequada, pois como orienta os PCN, o ensino da educação ambiental deve desenvolver valores, atitudes e posturas adequadas frente ao meio ambiente. O documento ainda completa afirmando que este é o grande desafio para a educação “Comportamentos ambientalmente corretos serão aprendidos na prática do dia a dia da escola.” (PCN,1997, vol.09, p.29).

Com estes resultados obtidos através do censo uma serie de questionamentos passaram a ser feitos. O censo é um instrumento de pesquisa quantitativa e trouxe dados satisfatórios no ano 2004, já que apenas 6% das escolas não trabalhavam com a educação ambiental. No entanto com relação aos aspectos qualitativos não houve informações satisfatórias, pelo contrário, surgiram dúvidas sobre a qualidade do trabalho com a temática.

Desta forma o projeto de pesquisa “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental” foi desenvolvido pelo MEC, com o auxílio de universidades, em todo o país.

No Rio Grande do Sul o projeto teve inicio no ano 2006 onde um questionário foi aplicado na escola para obtenção de informações sobre o trabalho com a educação ambiental. Em 93% das escolas quem respondeu ao questionário foi a equipe diretiva, 8% por professores de áreas.

Nota-se que os professores de currículo não participaram como respondentes do questionário. Este fato confirma que os conhecimentos ambientais continuam a ser negligenciados em certos casos nos anos iniciais do ensino fundamental.

As informações colhidas com as respostas dos participantes da pesquisa mostraram que na maioria das escolas o trabalho com a educação ambiental vem acontecendo a mais de 10 anos e teve inicio devido à iniciativa de professores.

O modo predominante de trabalho com a temática foi o de projetos, com 60% das escolas. Seguido de 55% que trabalha com a inserção do tema no Projeto Pedagógico da escola de modo transversal, 24% que trabalha a partir de datas comemorativas e 5% implantaram uma disciplina especifica para a educação ambiental. Vale lembrar que tanto os

Parâmetros Curriculares quanto as Políticas Nacionais para Educação Ambiental orientam que o trabalho com a educação ambiental não deve ocorrer por meio de criação de uma nova área.

Outro ponto importante que surgiu com esta pesquisa foi a respeito das dificuldades enfrentadas pelos professores para o desenvolvimento da educação ambiental. A principal delas foi a falta de tempo para o planejamento e para a realização de atividades extracurriculares. A falta de recursos materiais e a falta de recursos humanos qualificada também foram alegadas pelos respondentes.

Desta forma a conclusão da pesquisa aponta para a necessidade urgente de discussões nas diretrizes educacionais da escola que são representadas pelos Projetos Pedagógicos, para que estes venham a realmente propiciarem a inserção da educação ambiental.

Com estas informações obtidas pela legislação, documentos orientadores da prática pedagógica e da pesquisa sobre o que realmente vem acontecendo na escola á nível de educação ambiental surge a necessidade de constatar e compreender a sua real aplicabilidade nas rotinas escolares, principalmente no primeiro ciclo do ensino fundamental. E para isso entende-se como fundamental a participação dos professores de 1º, 2º e 3º ano, pois são estes sujeitos que estão frente a frente com as possibilidades e dificuldades de uma sala de aula.

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para a concretização desta pesquisa a definição e organização de algumas técnicas e momentos se fez necessária. A escolha da abordagem, de técnicas, dos sujeitos a serem pesquisados e os documentos a serem estudados delinea os rumos da pesquisa e norteiam as ações do pesquisador. Neste sentido este capítulo vem para contextualizar acerca destes procedimentos.

O método de abordagem escolhido para esta pesquisa foi o qualitativo por se tratar de uma pesquisa na área das ciências humanas onde o objeto de estudos é o comportamento humano e social. De acordo com Chizzotti (2006, p. 79) este objeto de estudos não é inerte nem mesmo neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio. É necessário encontrar o significado manifesto e o que permaneceu oculto. Todos os sujeitos são igualmente dignos de estudos, todos são iguais e permanecem únicos, e todos os seus pontos de vista são relevantes. (...). (CHIZZOTTI, 2006, p.84)

Devido á estas especificidades que possui o estudo do comportamento humano e social, a utilização de um método que ficasse restrito à mensuração e leis gerais poderia comprometer o resultado da pesquisa. O método qualitativo permite que o autor participe ativamente da pesquisa e interprete este objeto de estudo. “Esses conceitos manifestos, as experiências relatadas ocupam o centro de referência das análises e interpretações, na pesquisa qualitativa.” (CHIZZOTTI, 2006, p. 84).

A pesquisa teve diferentes momentos, iniciando por uma pesquisa bibliográfica quanto aos aspectos legais da Educação Ambiental no Ensino Fundamental. Após a compreensão da legislação vigente sobre o assunto, houve a aplicação de um questionário, técnica utiliza para coletar dados referentes a práticas e concepções pedagógicas de professoras do primeiro ciclo.

Este questionário foi organizado com dois tipos de perguntas. Perguntas que possibilitaram aos sujeitos participantes responderem aos questionamentos de modo direto e objetivo, visando não se desviarem do objetivo pretendido com a pergunta; e perguntas que possibilitaram que as respostas fossem mais descritivas dando a oportunidade de explicação e argumentação.

A conclusão desta pesquisa se deu com a análise das respostas coletadas através do questionário.

A análise dos dados foi realizada através da técnica de análise de conteúdo que, como traz Chizzotti (2006, p. 99), “procura reduzir o volume amplo de informações contidas em uma comunicação a algumas características particulares ou categorias conceituais que permitam passar dos elementos descritivos à interpretação (...)”.

A escolha por esta técnica se deve ao fato de que, a intenção ao analisar os dados coletados durante a pesquisa, não é julgar as respostas, nem tão pouco classificá-las em certas ou erradas. A intenção é estudá-las, buscando nas teorias existentes, sustentação e embasamento para a interpretação dos fatos relatados para melhor entender de que maneira a educação ambiental vem sendo trabalhada nas séries de alfabetização.

3.1 – O contexto e os sujeitos da pesquisa de campo

O questionário que foi utilizado como parte desta pesquisa foi respondido por professoras da rede estadual de ensino de diferentes escolas de Santa Maria.

As professoras participantes desta pesquisa lecionam no primeiro ciclo do ensino fundamental, ou seja, do 1º ao 3º ano. A escolha por este ciclo se deve ao fato de que muitas vezes as temáticas ambientais são deixadas em segundo plano, para dar-se privilégio as letras e números neste período de alfabetização.

A escolha das escolas foi feita de maneira intencional buscando contemplar diferentes regiões de Santa Maria. Já a escolha dos sujeitos foi feita de maneira aleatória, o que tornou o grupo de professoras respondentes, bastante heterogêneo devido às diferentes vivências e experiências educativas, aos diferentes contextos escolares e diferente tempo de exercício do magistério de cada uma delas, tornando assim os dados obtidos na pesquisa mais ricos e o resultado mais satisfatório.

Por questões de privacidade os nomes das escolas e das professoras respondentes do questionário não foram revelados, sendo adotados nomes fictícios para ambas.

Desta forma, as escolas cujas professoras participaram da pesquisa temos a Escola Estadual Z, fundada em 1978 no bairro João Goulart, região Nordeste de Santa Maria. Atualmente esta escola funciona nos três turnos, oferecendo para a população local o ensino fundamental regular e EJA, o ensino médio nas modalidades regular, politécnico e EJA.

Ainda na região nordeste da cidade, a Escola M. localizada no bairro Km 3, atende 320 alunos nos seus três turnos de funcionamento oferecendo o ensino fundamental regular e EJA.

Na região central de Santa Maria, participaram da pesquisa professoras da Escola F, fundada no ano de 1962 e localizada no bairro N.S. de Lourdes. Frequentam a escola 681 alunos nos turnos manhã e tarde cursando o ensino fundamental.

A Escola L pertence a região leste de Santa Maria e localiza-se no bairro Camobi. A escola oferece o ensino fundamental e médio nas modalidades regular, politécnico e EJA, funcionando nos três turnos.

Como escola pertencente à modalidade rural, participou da pesquisa uma professora da Escola T, localizada na Boca do Monte, distrito de Santa Maria, região oeste. Esta escola oferece o ensino fundamental para a população local.

Estas informações acerca dos métodos, técnicas, sujeitos e da escola que participou da entrevista certamente irão contribuir para uma melhor análise e compreensão desta pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o objetivo de identificar a aplicabilidade das leis e dos documentos orientadores sobre o trabalho com a educação ambiental no âmbito do ensino formal, mais especificamente no primeiro ciclo do ensino fundamental, um questionário composto de 10 perguntas foi respondido por 14 professoras da rede estadual de ensino, na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul.

Como forma de organização para análise das informações contidas nos questionários, uma separação foi feita baseada nas respostas referentes à pergunta sobre o conhecimento ou não a respeito das orientações e documentos legais que regem o trabalho com a educação ambiental na escola. Do total das participantes sete responderam que conhecem tais orientações, a estas irei me referir como sendo professoras do grupo A, e outras sete afirmaram não conhecerem e a estas irei me referir como professoras do grupo B.

Para melhor visualizar as informações obtidas uma tabela foi organizada, sendo que cada item será mais bem explanado no decorrer das discussões.

Tabela 1- Sistematização das respostas das professoras participantes

Grupo A: Conhecem os documentos	Grupo B: Não conhecem os documentos
Sete professoras conhecem os documentos.	Sete professoras não conhecem os documentos.
Cinco já receberam algum tipo de formação e duas não.	Quatro receberam algum tipo de formação e três não.
Trabalham com a temática visando a formação e conscientização do cidadão.	Trabalham com a temática visando a formação e conscientização do cidadão.
Tema Transversal (maioria), projetos e data comemorativa.	Tema Transversal, projetos e data comemorativa (divergência).
Orientações no PP: (2) Sim, o PP traz orientações. (1) Não, o PP não traz orientações. (4) Não tem conhecimento.	Orientações no PP: (2) Sim, o PP traz orientações. (1) Não, o PP não traz orientações. (4) Não tem conhecimento.

Inicialmente as participantes foram questionadas se costumam trabalhar com a educação ambiental em suas turmas de atuação, ou seja, um dos três primeiros anos do ensino fundamental. Para esta pergunta a resposta de ambas foi afirmativa. Desta forma fica evidente que o conteúdo do art. 225 da Constituição Federal e o art. 26 da LDB estão sendo aplicados já que o ensino da educação ambiental está atingindo também o primeiro ciclo do ensino fundamental, proporcionando as crianças não só o conhecimento da língua portuguesa e da matemática como também os conhecimentos do mundo natural.

Das sete professoras do grupo B, cinco relacionaram a importância de se trabalhar com a educação ambiental à formação e conscientização do cidadão capaz de preservar e interagir de maneira saudável e sustentável com o meio ambiente. Com relação às professoras do grupo A, as respostas estiveram relacionadas aos mesmos aspectos no questionário de seis delas. Nota-se no conteúdo das respostas que parte das orientações trazidas pelos documentos legais como a LDB (9394/96) e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) estão fortemente presentes nas concepções das respondentes, mesmo entre aquelas que afirmaram não os conhecerem.

Outro ponto importante que é orientado nos documentos legais é quanto ao modo que se deve trabalhar com a educação ambiental. As Políticas Nacionais para Educação Ambiental (lei 9795/99) deixam extremamente claro que não é aceita a criação de uma disciplina específica para se trabalhar com a educação ambiental. Ela orienta que o trabalho com a temática deve ser de maneira integrada. Os PCNs também já haviam sido redundantes ao trazerem o tema transversal como modo de trabalho com a temática. As respostas das professoras participantes foram bastante variadas quanto ao modo de trabalho, mas nenhuma delas trabalha com a educação ambiental como sendo uma disciplina em separada.

Dentre as professoras do grupo A o modo de trabalho com a educação ambiental que predominou nas respostas foi o tema transversal, modo este orientado pelos parâmetros curriculares. Ainda neste grupo, uma das professoras respondeu que trabalha a partir de datas e eventos comemorativos, e outras duas por projetos.

No grupo B verifica-se certa dificuldade em compreender o modo de trabalho que predomina, visto que a maioria das respondentes marcou mais de uma alternativa, ficando as respostas por participante da seguinte forma: Projeto e tema transversal (1), Projetos (2), Tema transversal (2), Data comemorativa (1), Tema transversal e data comemorativa (1), Tema transversal, projeto e data comemorativa (1).

Nota-se que o modo mais assinalado pelas participantes foi o tema transversal, seguido de projetos e data comemorativa, não diferenciando significativamente do modo de trabalho adotado pelo grupo A. Como já foi relatado anteriormente o modo orientado pelos PCNs é justamente o mais assinalado pelas professoras de ambos os grupos. O segundo mais assinalado, não está de um todo desconexo ao que orienta os Parâmetros Curriculares Nacionais, pois de acordo com o mesmo este tipo de organização permite que se dê relevância aos temas transversais e completa dizendo que:

A organização dos conteúdos em torno de projetos, como forma de desenvolver atividades de ensino e aprendizagem, favorece a compreensão da multiplicidade de aspectos que compõem a realidade, uma vez permite a articulação de contribuições de diversos campos de conhecimento (PCN, 1997, vol.8, p.61).

No entanto não se pode negligenciar que mesmo de maneira pouco evidente o trabalho voltado para as datas comemorativas surgiu entre as respostas. Este modo de trabalho caracteriza-se pela fragmentação e a forma reducionista e descontextualizada com que trata os assuntos. Com relação à temática ambiental pode empobrecer o conteúdo e as aprendizagens, fazendo com que a criança, por exemplo, só se lembrem de que economizar água é importante no dia 22 de março e de preservar as árvores no dia 22 de setembro. Passada a data não se retoma mais o assunto, ficando esquecido até o ano seguinte, como se estas questões não fizessem parte do nosso cotidiano.

Este reducionismo ao se trabalhar as questões do meio ambiente faz com que a principal função da Educação Ambiental segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, ou seja, “contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade, local e global.” (1999, PCN, vol.09, p. 29), não se efetive.

As orientações e leis contidas nos documentos legais não dizem respeito somente à prática em sala de aula dos professores, elas também trazem contribuições sobre o processo de formação deste profissional que irá trabalhar com a temática. Como vimos anteriormente no art. 11 da lei 9795/99 os professores já em atividade no período anterior a promulgação da lei deveriam receber formação complementar para atender adequadamente as orientações sobre a temática e que a dimensão ambiental seria incluída nos currículos de formação de professores para os demais.

Buscando identificar o cumprimento deste disposto, as professoras do grupo A e do grupo B foram questionadas se já receberam alguma formação na escola em que lecionam ou fora dela sobre o trabalho com a educação ambiental. Cinco das professoras do grupo A

afirmaram já ter recebido algum tipo de formação sobre a temática e duas delas não. Quanto às professoras do grupo B, quatro receberam formação, enquanto três nunca receberam.

Para compreender se as possíveis falhas no cumprimento deste artigo da lei estão acontecendo ainda dentro dos cursos de formação inicial ou nos cursos de formação continuada oferecidos, separou-se as participantes pela resposta que assinalaram, ficando um grupo com nove respostas afirmativas e outro com cinco negativas. O tempo de serviço das professoras que responderam afirmando já terem recebido formação variou de 1 a 34 anos de carreira no magistério. As professoras que responderam que não receberam formação sobre a área variou de 1 a 24 anos. O que possibilita constatar que as possíveis falhas estão ocorrendo tanto nos cursos de formação inicial como nos de formação continuada de professores.

Diante desta situação o direito ao conhecimento, garantido aos profissionais para que trabalhe com a temática de forma adequada e coerente com o restante das orientações não está sendo atendido de modo geral, pois mesmo dentro de um pequeno grupo de professores encontramos um número significativo de profissionais que não foram amparados por esta lei.

Além da formação inicial e da formação continuada, outro aliado à prática docente que pode conter informações importantes sobre as concepções educacionais e a prática da educação ambiental é sem dúvida o projeto pedagógico da escola.

Diante disto as participantes foram questionadas se no projeto pedagógico da escola em que atuam constam orientações com relação à educação ambiental. Das respondentes do grupo A duas responderam que sim, uma respondeu que não e quatro responderam não ter conhecimento. No grupo B as respostas se repetiram nas mesmas proporções.

Este foi outro ponto muito preocupante que surgiu, pois o projeto pedagógico escolar é um documento onde estão explícitas as concepções que norteiam toda a prática pedagógica dentro da escola e conforme as respostas dadas pelas participantes oito das quatorze não tem conhecimento sobre o conteúdo de tal material. E do total das respondentes apenas quatro afirmaram que o projeto pedagógico de onde lecionam orienta sobre o trabalho com a educação ambiental.

Sabe-se que o fato de não conhecer as implicações legais sobre a educação ambiental, assim como a insuficiência da formação inicial e continuada sobre a temática que não atendeu o todo dos professores em exercício do magistério, além do não conhecimento do projeto pedagógico da escola são elementos que dificultam e até mesmo limitam o trabalho com a educação ambiental. Por isso para finalizar o questionário as professoras tiveram que apontar as dificuldades que enfrentam ao trabalharem com a temática.

Nas respostas do grupo A as dificuldades enfrentadas pelas professoras ao trabalhar com a educação ambiental foram a falta de tempo para o planejamento (2), falta de conhecimento sobre o tema (1), dispersão das crianças durante o trabalho (1), falta de compreensão das famílias (1), desestímulo por não observar mudanças de atitudes com os trabalhos (1) e apenas uma das professoras diz não enfrentar nenhuma dificuldade.

Quanto às dificuldades enfrentadas pelas professoras do grupo B surgiu o desinteresse dos colegas de trabalho (3), a falta de material (1), o fato de ser um trabalho à longo prazo (1), não encontram dificuldades (2) e uma não respondeu ao questionamento.

Fica evidente que as dificuldades encontradas pelas professoras participantes são bastante variadas, mas parte delas seria resolvida se estas professoras estivessem sendo amparadas por seus direitos e recebendo uma formação mais específica sobre o trabalho com a educação ambiental e se a escola se dispusesse a reformular seus projetos pedagógicos, ou pô-los em prática, norteando assim o trabalho não só destas profissionais, mas do grupo docente como um todo, conseguindo assim uma unidade quanto ao modo de trabalho com a educação ambiental.

Assim, partindo das informações obtidas a partir das respostas das professoras participantes foi possível observar que as orientações contidas nos documentos legais referentes à educação ambiental no âmbito escolar são aplicáveis, visto que boa parte destas orientações já se fazem presentes até mesmo na prática pedagógica daquelas participantes que inicialmente afirmaram não conhecê-las.

Quanto às orientações que ainda não se aplicam por completo, fica visível que estão atreladas a um não envolvimento da comunidade escolar como um todo e falta de formação inicial e continuada mais específica para a prática do trabalho com a educação ambiental em sala de aula, ou seja, que esclareça como desenvolver as orientações contidas nos documentos legais frente aos alunos e as demais rotinas escolares. Desta forma é no caminho de uma real aproximação entre a teoria e a prática que deve avançar as orientações sobre a educação ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi pesquisar a legislação vigente sobre as orientações a respeito da educação ambiental no ensino formal e analisar a sua aplicabilidade no primeiro ciclo do ensino fundamental. Esta análise foi feita através de um questionário aplicado a 14 professoras da rede estadual de ensino na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul.

Constata-se que as orientações sobre o trabalho com a educação ambiental sugere que esta aconteça em todos os níveis e modalidades de ensino de modo integrado as demais áreas do conhecimento. Para que isso se efetive o tema transversal é o modo de trabalho indicado. O objetivo principal que se pretende alcançar com a educação ambiental no ambiente escolar é a formação de um cidadão consciente, capaz de interagir de maneira responsável e sustentável com o meio ambiente e seus recursos naturais.

Os resultados da pesquisa indicam que parte destas orientações já se efetivam nas práticas pedagógicas das participantes. Aquelas orientações que ainda não se efetivam ou se efetivam parcialmente estão atreladas a falta de formação inicial ou continuada na área da educação ambiental pelas professoras que certamente subsidiaria e supriria as dificuldades por elas encontradas.

Outra situação atrelada a não efetivação das orientações legais é a falta de envolvimento por parte da comunidade escolar (corpo docente, equipe diretiva, alunos e seus familiares), pois a organização do trabalho com a educação ambiental por meio do projeto pedagógico da escola norteia e ampara o trabalho dos professores.

Assim, este trabalho foi de grande importância para o conhecimento da academia do curso de educação ambiental, assim como para os cursos de formação de professores e as equipes diretivas das escolas identificarem os avanços já obtidos em função da aplicação das orientações legais a cerca da educação ambiental. Mas também para atentarem sobre as carências que existem e impedem que tais orientações se efetivem por completo e garantam um trabalho com a educação ambiental de qualidade ainda no período de alfabetização das crianças.

Conclui-se que as orientações contidas nos documentos legais são aplicáveis no ambiente escolar, desde que haja um envolvimento significativo da comunidade escolar e os profissionais da educação recebam uma formação inicial ou continuada de qualidade sobre a temática de modo a possibilitar uma coerência maior entre a teoria e a prática.

6 REFERÊNCIAS

ABNT. Associação brasileira de normas técnicas. **NBR 10004: Resíduos sólidos - Classificação**: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso de. **Ordenação Jurídica do Meio Ambiente**. Santa Maria:UFSM, 2013.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. decreto n. 3.860 de 2001, Estabelece as **Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**, Lei 9394/96, 2005.

BRASIL.Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 27 de jul. de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental**, Brasília: SECAD/UNESCO, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (vol. 8). Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (vol. 9). Brasília: MEC/SEF, 1997.

LA ROSA. Jorge (Org.), SANTOS. Betina S., et. al. **Psicologia e Educação: o significado do aprender / Cap.6, Vygotsky e a teoria histórico-cultural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LIMA, Juliana de Melo; TELES, Rosinalda; LEAL, Telma Ferraz. Planejar para integrar saberes e experiências. BRASIL. Ministério da Educação.**Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Unidade 06**.Brasília: MEC/SEB, 2012.

7 APÊNDICE

Apêndice A – Questionário de coleta dos dados

Questionário.

Escola em que leciona atualmente:

Série em que leciona atualmente:

Formação:

Tempo de exercício do magistério:

- 1) Você acha importante trabalhar com a educação ambiental ainda no primeiro ciclo do ensino fundamental?

() Sim () Não

Por quê?

- 2) De que maneira você acha que a educação ambiental deve ser trabalhada no primeiro ciclo do ensino fundamental?

- 3) Você tem conhecimento sobre as orientações contidas em lei sobre o trabalho com educação ambiental no ambiente escolar?

() Sim () Não

- 4) Você costuma trabalhar com esta temática em sua turma de atuação?

() Sim () Não

Por quê?

-
-
-
-
-
- 5) Ao trabalhar com a educação ambiental em sua turma de atuação você costuma seguir as orientações dos documentos legais ou trabalha a partir de suas próprias concepções?

-
-
-
-
-
- 6) De que modo e com que frequência você costuma trabalhar com a educação ambiental?

Projetos Tema Transversal Datas e eventos comemorativos

-
-
-
-
-
- 7) Quais são as dificuldades que você enfrenta para o trabalho com a Educação Ambiental?

-
-
-
-
-
- 8) Ao trabalhar com a educação ambiental você acha que o processo de alfabetização dos alunos fica comprometido?

Sim Não

Por quê?

9) O projeto pedagógico de sua escola orienta sobre a Educação Ambiental?

Sim Não Não tenho conhecimento.

Se a resposta foi sim, quais são as orientações contidas no projeto da escola?

10) Você já recebeu alguma formação na escola em que leciona ou fora dela sobre o trabalho com esta temática? Contribuiu para orientar sua prática?
